Uma natureza urbana: notas sobre representações da natureza no espaço urbano

Geraldo Garcez Condé

A exuberância da natureza é um dos atributos da cidade recorrentes nos discursos sobre o Rio de Janeiro. Seja na imprensa, na música popular, na publicidade ou na propaganda política, seus elementos naturais são sobejamente referidos em sua prodigalidade. Situada “entre o mar e a montanha”, a “cidade maravilhosa” é freqüentemente citada como “privilegiada pela natureza”.

O objetivo deste trabalho é analisar alguns aspectos das representações da natureza presentes no discurso da imprensa sobre a cidade. O que se propõe é uma “leitura” da leitura que um determinado órgão de imprensa faz da natureza como elemento do espaço urbano do Rio de Janeiro. São tomadas como textos de referência três reportagens publicadas sob a rubrica “Cidade” na revista *Veja Rio*, entre janeiro e junho de 1996.¹

A análise é empreendida a partir de um “olhar” que busca deslocar do cotidiano o discurso da Comunicação de Massa. Nessa perspectiva, de orientação etnográfica, o que é “familiar” é “estranhado”, transformado em “exótico”. Submetido a esse artifício lógico — o “estranhamento” — os textos jornalísticos podem ser lidos de modo particular, como se fossem discursos alheios ao cotidiano do observador, a fim de fazer aflorar os significados que repousam no subttexto.²

Encartada em *Veja* — a revista semanal de maior circulação no país — *Veja Rio* é um veículo cujo discurso é, a princípio, dirigido aos moradores da cidade do Rio de Janeiro. As inevitáveis escolhas entre os inúmeros assuntos publicáveis sob a rubrica “Cidade” e que, supostamente, configuram um discurso sobre a cidade onde habita o leitor, apontam para o significado que os produtores e consumidores dessas mensagens atribuem à categoria “cidade”. Por isso, as reportagens de *Veja Rio* parecem constituir um importan-

te discurso sobre a “Cidade” e, neste caso em particular, sobre a natureza como elemento do espaço urbano.

Em “Reforma da natureza” (*VR*, ano 6, n. 3), o texto assegura que “paisagem bonita no Rio não consegue ficar quieta por muito tempo”. A reforma à qual se refere o título consiste na instalação de 25 quiosques emoldurados por um “projeto paisagístico” às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. As obras, prossegue o texto, irão transformar o local num “verdadeiro *minishopping* a céu aberto”. Entre outros serviços, a empresa responsável pelo empreendimento se compromete a “cuidar para que não ocorra degradação do meio-ambiente”.

Uma freqüentadora do local se diz preocupada com “a estética do projeto”, pois considera que “o charme da Lagoa é exatamente a paisagem aberta e rústica”. Para um outro freqüentador, as modificações vão permitir “desfrutar de um lugar gostoso e descontraído para sentar, tomar um drinque e apreciar o visual privilegiado da Lagoa”. O poder público, por sua vez, garante que as reformas transformarão o local na “maior área de lazer da cidade”.

A natureza em reforma cede lugar à natureza “decadente” em “Filme em reprise”, que trata do abandono do Parque da Cidade. Diz a reportagem:

São 500.000 metros quadrados de Mata Atlântica, recheados de jaqueiras, mamoeiros e palmeiras, habitados por sabiás, bem-te-vis, micos e gambás, e uma paisagem desenhada com os melhores traços da exuberante natureza carioca. Só com isso, o Parque da Cidade, na Gávea, já poderia ser a locação ideal para uma das mais belas cenas do paraíso. (*VR*, ano 6, n. 5)

Entretanto, essas manifestações da natureza têm o seu valor diminuído porque *hoje o mato cresce desenfreado e toma conta do gramado*. A autoridade responsável promete soluções, mas até que elas se materializem, “um dos mais bonitos parques da cidade continuará entregue à degradação como, de resto, as esburacadas e enlameadas ruas e praças do Rio”.

Antigos freqüentadores lembram com saudade “a época em que o parque era freqüentável, repleto de cachoeiras, fontes de água potável e trilhas que se embrenham pelo mato fechado”. Um desses freqüentadores diz que gostava de levar os filhos para “caminhar naquela selva e depois tomar um banho de ducha”, e lamenta ter assistido impotente “à decadência do parque”. Noutras épocas, costumava levar turistas ao parque e, diz, “percebia como ficavam maravilhados”.

Uma representante da associação de moradores da Gávea diz que a entidade tem denunciado “a favelização da região”, mas a prefeitura mostra-se indiferente ao problema. A autoridade responsável pela conservação dá explicações para o abandono: a empresa contratada para “manter o parque um brinco” faliu e as “chuvas freqüentes” impedem o corte da grama. Tudo isso compõe, diz o texto, “um quadro desolador do parque ameaçado pelo mesmo destino da Rocinha, do Vidigal e das áreas invadidas do Itanhangá”. Na frase final, um vendedor ambulante fala do perigo do mato “cheio de cobras” do parque, o que o texto metáforiza numa referência às autoridades na frase: “sem dúvida, em todos os sentidos”.

Na reportagem “À beira do abismo” (*VR*, ano 6, n. 15), são relatadas as conseqüências dos deslizamentos de terra provocados pelas chuvas. Uma série de deslizamentos que atingiu casas luxuosas, adianta o subtítulo da reportagem, “quase cria desabrigados em áreas nobres”. Porém, sugere o texto, as destruições foram imotivadas, porque as famílias proprietárias dos imóveis “não desmataram os morros, não acumularam lixo nas encostas e não se instalaram em áreas de risco da cidade, como se costuma dizer da pobreza que habita os barracos freqüentemente varridos da paisagem carioca pelas tempestades”.

É de tal monta o prejuízo que, prevê o texto, “só o tempo e a natureza podem devolver ao patrimônio o valor que despencou com a enxurrada”.

Uma moradora cuja casa foi afetada

■ RELATO DE PESQUISA

diz pensar em mudar, mas desiste quando contempla a extraordinária vista que junta mar e céu para quem olha da varanda de sua casa. No entanto, do lado da entrada da casa, parte do terreno transformou-se numa “assustadora escarpa”. Um outro morador vai gastar cerca de 50.000 reais para conter o resto do seu terreno que “não escorregou morro abaixo numa das aprazíveis encostas de São Conrado”. *Encarapitada no topo da montanha*, uma das casas luxuosas “parece isolada do mundo e oferece uma das mais deslumbrantes vistas do Rio. Por pouco não foi tragada por “um abismo de mais de 200 metros que nasceu alguns passos adiante das janelas dos fundos”. “Um acidente irremediável”, assinala o texto, “porque uma obra de contenção ali exigiria praticamente cercar a montanha”.

O texto salienta que “a localização e a qualidade de muitas dessas casas eram a própria materialização do sonho de estabilidade”. Esse é o caso de um dos moradores que “nunca imaginou que os bem cobertos morros da região se transformariam em área de risco”. Um arquiteto também não imaginava essa situação quando instalou seu escritório no local, até que “uma avalanche de pedras e lama jogou uma palmeira sobre o telhado da espaçosa casa cercada de mato”.

Um caseiro lembra a noite da tempestade e diz que “tinha um barulho surdo das pedras batendo e os estalos das árvores se quebrando no escuro”. Imagem semelhante — uma “monstruosa avalanche” — é descrita por um sitiante: *...as árvores passando, em pé, encostadas uma nas outras*. Toneladas de árvores, pedras e lama, diz o texto, passaram então a impedir o sitiante de alcançar a estrada que “leva à civilização”.

A análise dessas reportagens permite identificar pelo menos três aspectos notáveis da representação da natureza no espaço urbano “dentro” da página.

O primeiro aspecto é a concepção de natureza como paisagem. Nesse sentido, a primeira frase do texto de “Reforma da natureza” é paradigmática: “paisagem bonita no Rio não consegue ficar quieta por muito tempo”. A natureza que o título anuncia ser objeto de reforma é a paisagem das margens da Lagoa. Tal reforma consiste na instalação de 25 quiosques emoldurados por um “projeto paisagístico” elaborado pelo escritório de um paisagista renomado, transformando o lugar *...num minishoping a céu aberto*. O caráter fortemente visual dessa concepção é reforçado pela preocupação de um personagem

gem com a “estética do projeto”. O personagem considera que “o charme da Lagoa é exatamente a paisagem aberta e rústica”. Um segundo personagem expressa sua expectativa de “desfrutar de um lugar gostoso e descontraído para sentar, tomar um drinque e apreciar o visual privilegiado da Lagoa”.

Esse caráter marcadamente visual da concepção de natureza está também presente no trecho inicial de “Filme em reprise”. O texto relaciona as árvores, os animais, “e uma paisagem desenhada com os melhores traços da exuberante natureza carioca” para descrever o Parque da Cidade. Tais elementos comporiam “a locação ideal para uma das mais belas cenas do paraíso”. A “degradação” do parque — tema da reportagem — é traduzida pelo avanço do mato sobre o gramado, pelo assoreamento do lago, pelos “animais soltos” (cães) que vagam pelo parque. Tudo isso sugere a quebra da harmonia da paisagem onde “mato” e “grama” são classificados em domínios diferentes, os lagos devem estar sempre desimpedidos e os animais que habitam as matas nada têm a ver com cães que vagam pelo interior do parque.

É precisa, nesse sentido, a observação de que as autoridades negarem que “o lugar está um lixo equivaleria a acreditar que a população ficou cega”. Somente alguém que não enxergasse a desarmonia da paisagem, sugere o texto, poderia acreditar na conformidade do parque.

Em “À beira do abismo”, a “extraordinária vista que junta mar e floresta para quem olha da varanda de sua casa” desestimula a

mudança de uma das moradoras afetadas pelos deslizamentos de terra. Do mesmo modo, a natureza como paisagem está presente também na descrição da casa localizada no alto de um morro, que “parece isolada do mundo e oferece uma das mais deslumbrantes vistas do Rio”.

Expressões como “escarpa assustadora”, “monstruosa avalanche”, “borrasca” ou “tempestade” parecem dar conta de uma natureza violenta e descontrolada em oposição à natureza controlada expressa em termos como “paisagem bonita”, “visual privilegiado”, “belas cenas do paraíso”, “extraordinária vista”, “aprazíveis encostas”, “deslumbrantes vistas”, etc. Essa concepção positiva da natureza pode ser resumida, talvez, pela idéia de paraíso, de uma natureza passiva, dadivosa e edênica.

DaMatta (1993) identifica esse caráter na representação que os portugueses tinham da natureza do Brasil recém-descoberto. A representação portuguesa, segundo DaMatta, fala da natureza “como um cenário fortemente visual, no qual os atrativos são maiores do que as dificuldades” (1993:100). Tal concepção teria engendrado o extrativismo imediatista e predatório dos colonizadores, pois ela sugere a subordinação irrestrita da natureza ao homem.

No espaço urbano da reportagem, a representação da natureza parece corresponder a uma moldura semelhante. A subordinação da natureza ao homem, nesse caso, é assinalada pela adoção de um padrão visual que orienta a percepção da natureza-paisagem.

Como sugerem as expressões que a ela se referem, a natureza é marcadamente objeto de fruição estética. Tal fruição, todavia, não se resume a uma pura e simples observação das manifestações do que se considera natureza, mas a uma seleção de aspectos segundo uma determinada concepção estética. Em “Filme em reprise”, por exemplo, o que é louvado como “exuberante natureza carioca” exclui o mato que avança sobre o gramado e perturba a regularidade prevista.

Thomas (1988, p.286) fala sobre o propósito de “criar ordem e gerar satisfação estética” que passou a orientar o cultivo de plantas no início da modernidade. Nesse contexto, os jardins e as lavouras passaram a ser apreciados pela regularidade e pela geometria que exibiam. Talvez seja um propósito semelhante o que opera na concepção de natureza segundo a qual a grama deve estar livre de mato e aparada, o lago dragado e os animais silvestres separados de cães soltos.

Assim, em “Filme em reprise”, a paisagem “desenhada com os melhores traços da exuberante natureza carioca” faz do Parque da Cidade “a locação ideal para uma das mais belas cenas do paraíso”. Os termos “traços”, “locação” e “cenas” sugerem o caráter de criação que orienta a percepção dessas paisagens. Sugerem mesmo que a orientação estética que sustenta a apreciação dessa natureza tenha referências na pintura, na fotografia e no cinema. A moldagem de padrão estético de apreciação da natureza por meio da produção de imagens tem tradição histórica. Thomas (1988) mostra como a sensibilidade para a apreciação de paisagens rústicas na Inglaterra foi desenvolvida a partir da pintura de paisagens:

Desde pelo menos a década de 1680 havia um mercado estabelecido de pinturas de ‘vistas’ para serem penduradas nas paredes das casas de classe média. (...) Pela década de 1780 houve uma torrente de publicações sobre viagens e de guias para as belezas da Inglaterra, adornados por aquarelas e panoramas pitorescos a partir de 1775 e de gravuras em aço depois de 1810. Essas representações artísticas, quer inglesas quer estrangeiras, moldavam os gostos das classes educadas (1988, p.315).

A valorização da natureza como paisagem desdobra-se numa concepção de natureza como patrimônio. Em “Reforma da natureza”, a paisagem é concebida como capital investido na construção de um “*minishopping* a céu aberto”. O “projeto paisagístico” elaborado pelo escritório de um profissional renomado

também reforça a noção de que a natureza é um bem que está sendo incorporado a um empreendimento comercial.

Assim, os elementos naturais são quantificados como em “500.000 metros quadrados de Mata Atlântica”. Do mesmo modo, são avaliados em termos monetários como em “só o tempo e a natureza podem devolver ao patrimônio o valor que despencou com a enxurrada” ou, ainda, em “a localização” das casas atingidas pelos deslizamentos era “a própria materialização do sonho de estabilidade”. Quantificar e avaliar são operações que apontam para o caráter econômico assumido pela natureza no espaço urbano “dentro” da página.

Parece haver uma lógica classificatória operando na concepção de natureza como patrimônio. Em “Reforma da natureza”, a “paisagem bonita” da Lagoa Rodrigo de Freitas torna o lugar uma “área de lazer nobre” que necessita de “mais segurança”. Logo, a beleza da paisagem implica sua fruição por um determinado estrato social que requer proteção contra outros estratos considerados hostis. A mesma lógica opera em “À beira do abismo”. A região de paisagens naturais é “nobre”, sendo sua fruição associada ao “sonho de estabilidade econômica”. Uma exceção que confirma a lógica classificatória é a observação de que “nem só de sinais exteriores de riqueza vivem as áreas nobres da cidade”, feita a propósito dos desmoronamentos na propriedade de um sitiante pobre que sobrevive de cultivar bananas e camélias.

A natureza no espaço urbano, por conseguinte, parece ser concebida como paisagens que podem ser acumuladas num patrimônio, avaliadas economicamente e quantificadas. Além disso, aqueles que dela usufruem são considerados “privilegiados”. Nesse sentido, a natureza representada compõe um quadro passivo, destinado a ser admirado e fortemente associado à esfera econômica. Essa concepção da natureza permite uma analogia com a representação da natureza como dádívosa, a visão do Éden que orientou a economia colonial brasileira para o extrativismo (DaMatta, 1993). No espaço urbano “dentro” da página, o caráter de bem da natureza sugere uma mercantilização da paisagem. Isso parece ser claramente indicado pelas várias correspondências que são feitas entre a natureza no espaço urbano e a racionalidade própria da economia monetária de que fala Simmel (1976).

Mas o terceiro aspecto das representa-

ções da natureza no espaço urbano parece se contrapor à passividade e ao valor econômico da natureza como paisagem. Em “Filme em reprise” o descontrole da natureza retira a harmonia da paisagem outrora edênica do parque, pois “hoje o mato cresce desenfreado e toma conta do gramado”. Também nessa reportagem, o lago assoreado, os “animais soltos” — cães que vagam pelo parque — e as cobras existentes nas matas são indícios da natureza “inculta”.

É essa concepção que parece estar implícita nas avaliações negativas de determinadas manifestações naturais. Isso pode ser identificado nas expressões que falam da parte do valor das casas luxuosas que “despencou com as enxurradas” provocadas pela “borrasca de fevereiro” ou da transformação de um trecho do terreno de um morador numa “assustadora escarpa” ou da “monstruosa avalanche” que atingiu o terreno de um sitiante. Tais imagens podem ser interpretadas como avaliações negativas de uma natureza descontrolada.

A representação da natureza no espaço urbano se refere, portanto, a uma “certa” natureza, cujas manifestações devem estar dentro de determinado padrão estabelecido. Os “sabiás, bem-te-vis, micos e gambás” das matas denotam a “exuberante natureza”, mas os “animais soltos” mostram a decadência. O mato que avança sobre a grama, a escarpa e a avalanche parecem ser consideradas manifestações de uma natureza inculta e fora de controle.

A noção de ordem e regularidade que parece sustentar essa representação é assinada por Thomas na defesa que se fazia das terras cultivadas frente às paisagens selvagens no início da modernidade:

Esmero, simetria e padrões formais sempre foram a maneira caracteristicamente humana de indicar a separação entre cultura e natureza. Mas a tendência para o cultivo uniforme parece, no mínimo, ter aumentado no início do período moderno (1988, p.305).

Mas a irregularidade nessa representação da natureza no espaço urbano “dentro” da página não tem uma expressão apenas estética. A própria ocorrência de fenômenos como a tempestade, a formação de enxurradas, os deslizamentos de terra ou o assoreamento do lago parece estar dissociada do comportamento aceitável próprio daquela representação da natureza. Essas manifestações fogem, por assim dizer, da classificação numa ordem visual e comportamental

admitida. Elas parecem ser conflitantes com a previsibilidade, com as noções de “regularidade e repetição” nas quais estão baseadas as cidades contemporâneas (Rolnik, 1995).

Pelo que se percebe, a natureza representada no texto da revista não se destina simplesmente à contemplação. Há a sugestão de que essa natureza tenha uma “função”. Rotenberg (1993), analisando os discursos sobre a salubridade dos lugares, identifica a ideia de natureza como compensação psicológica frente às pressões do modo de vida urbano entre os proprietários de jardins, em Viena. Os proprietários atribuem aos seus jardins efeitos salubres, pois a eles associam ar fresco, sol, suspensão de atividades, relaxamento, liberdade de movimentos, regeneração, etc. As avaliações que falam de “desfrutar de um lugar gostoso e descontraído”, de “paraíso” ou de uma casa “encarapitada no alto da montanha” que “parece isolada do mundo” esboçam uma situação análoga. A natureza parece ser concebida, nesse contexto, como uma espécie de compensação psicológica à “intensificação dos estímulos nervosos” (Simmel, 1976, p.12) próprios da vida urbana.

Nessa perspectiva, essa representação da natureza traduz um conflito inerente ao modo de vida das cidades da sociedade industrial. Rybczynski (1996, p.72) considera que a busca da integração entre espaço urbano e natureza nas cidades americanas no século XIX estava apoiada em razões práticas. Materializada principalmente na construção de parques e na arborização das ruas, a integração com a natureza visava, sobretudo, tornar amenas cidades localizadas em regiões quentes e úmidas. Essa seria uma tendência de um modelo urbano que se afastaria do modelo europeu centrado na arquitetura e se aproximaria de um modelo indo-americano, no qual a arquitetura está subordinada à paisagem.

Thomas (1988), no entanto, considera que na modernidade a valorização das paisagens naturais encontra explicação no crescimento das cidades. Quanto mais as cidades crescem mais seus habitantes tendem a buscar uma aproximação com a natureza:

Esse antigo ideário pastoral sobreviveu moderno mundo industrial adentro. Pode ser visto nas imagens do campo tão utilizadas para anunciar bens de consumo; e no vago desejo de tantas pessoas de findar seus dias numa cabana no campo. Por sentimentais que sejam, tais sensibilidades refletem o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana; e uma relutância a aceitar a

realidade urbana e industrial que caracteriza a vida moderna (1988, p.301-2).

De acordo com as observações de Thomas, pode-se sugerir que a representação da natureza no espaço urbano “dentro da página” fala de um conflito entre o imaginário e as expectativas oferecidas pelo que Simmel (1976) chama de “técnicas de vida” das cidades. Nessa perspectiva, porém, a natureza não parece escapar da visão de mundo que dá sentido à sociedade industrial. Trata-se de uma representação que enquadra a natureza no mesmo sistema que produz sentido para a cidade. Numa imagem, essa representação fala de uma natureza urbana.

A “natureza urbana” parece ser, portanto, a paisagem que é avaliada segundo padrões visuais e comportamentais estabelecidos. Em outros termos, essa natureza é, sobretudo, um elemento visual decorativo que deve estar em harmonia com os outros elementos do espaço urbano. A natureza-paisagem no espaço urbano, no entanto, parece ser apreciada por um olhar informado pelas técnicas de produção de imagem tal como a pintura, a fotografia e o cinema, e em busca de regularidade e repetição. A “natureza-urbana” quando foge a esses padrões torna-se “inculta”, descontrolada, violenta. Torna-se mesmo uma natureza “negativa”. Além de ser concebida como paisagem, a “natureza urbana” é também submetida à quantificação e à avaliação monetária. Nesse sentido, ela pode ser medida, comprada, vendida e transformada em empreendimento comercial. Em decorrência, opera nessa representação de natureza uma lógica classificatória que localiza nas posições mais elevadas da escala social aqueles que dela usufruem sistematicamente. Enfim, trata-se de uma concepção de natureza como patrimônio. Nesse caso, um “patrimônio de paisagens”.

O discurso da imprensa sobre a natureza no espaço urbano é apenas um dos muitos discursos sobre a cidade. No entanto, ele parece apontar para um importante caminho para o entendimento da experiência humana na metrópole contemporânea. Na trama de discursos sobre a cidade, o discurso da Comunicação de Massa desempenha papel fundamental.

ço Urbano pela Faculdade de Comunicação Social da UERJ.

Notas

1. Este trabalho é baseado numa seção da monografia “A cidade de papel: representações do espaço urbano na imprensa”, apresentada para a conclusão do curso de Especialização em Comunicação e Espaço Urbano da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, em 1996 e inclui agradecimentos à Prof^a Maria Cláudia Coelho pelos comentários e pela troca de ideias a respeito deste texto.
2. Para uma discussão da perspectiva etnográfica de estudo da Comunicação de Massa, ver Rocha, Everardo (1995).

Bibliografia

- DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: _____. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro : Rocco, 1993.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro : Mauad, 1995.
- ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1995.
- ROTENBERG, Robert. On the salubrity of sites. In: ROTENBERG, Robert and MCDONOGH, Gary (orgs.). *Cultural meaning of urban space*. Westport, Connecticut : Bergin & Garvey, 1993.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Vida nas cidades: expectativas urbanas*. Rio de Janeiro : Record, 1996.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

Geraldo Garcez Condé

• Pós-graduado em Comunicação e Espa-